

## Herança arquitetônica da Belém Pombalina (século XVIII)

YARA FELICIDADE DE SOUZA REIS

Arquiteta e pós-doutoranda (bolsista Fapesp) pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP

### *RESUMO*

O presente trabalho examina alguns feitos da produção arquitetônica e urbanística realizada na segunda metade do século XVIII, na cidade de Belém, período que corresponde à fase administrativa do Marquês de Pombal. A intenção é salientar a importância de referências urbanas remanescentes de uma tradição urbanística portuguesa, que fazem parte da herança cultural da cidade e que podem ser enquadradas em ações políticas de preservação.

**Palavras-chave:** Urbanismo pombalino. Urbanismo colonial. História da Arquitetura e do Urbanismo

### *ABSTRACT*

The present work examines some facts of the production architectural and urban, carried through in the second half of century XVIII, in the city of Belém, period that corresponds to the administrative phase of the Marquis of Pombal house. The intention is to point out the importance of remaining urban references of a Portuguese urban tradition, that is cultural party to inheritance of the city and that they can inside be fit of action preservation politics.

**Key words:** Pombalino urbanism. Colonial urbanism. History of Architecture and of Urbanism

1 - *Esse artigo modifica, em alguns pontos, seu original "Arquitectura y Urbanismo en el Gran Pará y Marañón em la fase pombalina (siglo XVIII)". In: CABELLO, Carro Paz. Patrimônio Cultural e Identidad. Madrid: Ministerio de Cultura, Secretaria General Técnica, 2007.*

2 - REIS, Yara Felicidade de Souza. "Urbanismo em Belém na segunda metade do século XVIII". Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2005. Ver cap. 4 e 5.

3 - ARAÚJO, Renata Malcher de. "As cidades da Amazônia no século XVIII. Belém, Macapá e Mazagão". Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa: vol. I, II, e III, 1992. Ver, sobretudo Parte II do Capítulo II. Esta autora, numa pesquisa inédita e rigorosa, investigou a ação urbanizadora pombalina na Amazônia.

**E**ste trabalho [1] pontua alguns feitos da produção arquitetônica e urbanística realizada na segunda metade do século XVIII, no Brasil, período que corresponde à fase administrativa do Marquês de Pombal, entre 1750 e 1777, enfocando particularmente o caso da cidade de Belém, na região amazônica.

Trataremos de uma das especificidades do urbanismo pombalino que se voltou para as construções urbanas como componente de um "conjunto urbanístico" com edificações padronizadas articuladas com jardins, praças, passeios públicos e eixos viários, [2] que integrava o projeto político dirigido pelo Ministro de D. José I, Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro Marquês de Pombal, para Belém, que, no ano de 1751, torna-se a sede do governo do norte do Brasil.

A ênfase se dará nas características formais e simbólicas, através das quais o urbanismo pombalino se fez representar a partir de uma intervenção urbanística na Amazônia, que se daria pela atuação do Estado, atendendo necessidades diversas. A intervenção pombalina teria se dado equipando militar, econômica e simbolicamente o foco urbano do então Estado do Grão Pará e Maranhão para uma conquista regional planejada.

Tendo como fundamento o projeto da "reforma urbana", [3] na adequada expressão de Renata Araújo, para designar o empreendimento pombalino na Amazônia, trataremos de alguns exemplares arquitetônicos que, com características marcadamente monumentais, fizeram parte de um cenário para a Belém pombalina.

## URBANIZAÇÃO E DO URBANISMO NO BRASIL:

### PONTO DE INFLEXÃO EM NOSSA HISTORIOGRAFIA URBANA

É pertinente que se retome uma questão importante discutida no Brasil, na década de 1960, sobre as diferenças de postura de Espanha e Portugal no que diz respeito à colonização dos territórios ultramarinos.

Em sua tese de livre docência "Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500/1720)", [4] Nestor Goulart Reis opõe-se à interpretação de Sérgio Buarque de Holanda em capítulo da obra clássica *Raízes do Brasil* [5] ("O semeador e o ladrilhador"), que, no ano de 2006, completou 70 anos de sua primeira edição, ao comparar o urbanismo hispânico e o urbanismo português nas

Américas. O urbanismo luso-brasileiro seria, segundo Buarque de Holanda, fruto da informalidade, do “abandono” e do “desleixo”, enquanto que os centros urbanos na América espanhola representariam um modelo de ordem urbana. [6]

Fundamentado na análise de um vasto acervo documental e iconográfico de nossas cidades coloniais, Nestor Goulart Reis demonstrou que havia limitações em tais afirmativas. Os elementos empíricos estudados e o aprofundamento de aspectos teóricos apontavam para a existência de um investimento urbanizador português na América, que se configurou em um planejamento formal dos núcleos coloniais brasileiros em determinados momentos e regiões. Então ficaria comprovado que ainda nos séculos XVI e XVII houve uma diretriz planejadora, mesmo que de caráter embrionário, gerada pela política de urbanização, que foi responsável pelo fato de que cidades como Salvador (1549), São Luís, (1612) e Belém, (1616), apresentassem características de traçado regular. [7]

Não admitindo a existência de urbanização espontânea e tentando compreendê-la como um processo de origem social e, portanto, histórico, Reis demonstrou que esse fenômeno, no caso do Brasil, guarda vínculos indissociáveis com a política de controle e dominação territorial e mercantil exercida pela coroa portuguesa ao longo do processo de colonização. [8]

O resultado dessa pesquisa gerou um ponto de inflexão em nossa historiografia urbana. Esse novo posicionamento frente ao empreendimento de urbanização colonial foi determinante na concepção de uma conduta investigativa, que tem na iconografia seu principal instrumento, enquanto fonte primária de informação. Essa linha de investigação vem sendo seguida por outros estudiosos da história da urbanização brasileira, como Roberta Marx Delson, Renata Malcher de Araújo e Beatriz Siqueira Bueno.

Tendo dado início aos estudos sobre o urbanismo colonial português no Brasil, com um extenso e pioneiro trabalho no recolhimento de documentos iconográficos e na investigação teórica desse universo, Nestor Goulart Reis reconheceu a importância do período pombalino como uma época de consolidação técnica e estratégica da política de urbanização adotada pelo governo português nos últimos anos do século XVII e na primeira metade do século XVIII. Essa questão foi retomada e aprofundada pelo autor em trabalhos ulteriores, publicados no Brasil e na Espanha. [9]

*focalizando as cidades de Belém, Macapá e Mazagão, como exemplos do conjunto maior da urbanização da Amazônia na segunda metade do século XVIII. Araújo entende que os principais critérios da gestão do território, na ótica pombalina, foram fundamentados na criação de uma linha de defesa por meio das fortificações e na ocupação da terra pela fundação de povoações. Com a atividade fortificatória, assegurava-se o controle dos limites exteriores do território e por meio da estratégia interior investia-se na ocupação efetiva do domínio colonial. A reforma urbana, ao manifestar-se enquanto resultado de um processo político, recorre ao urbanismo potencializando uma das formas mais maduras da colonização portuguesa. A ação urbanizadora na Amazônia é reconhecida como resultado da utilização dos métodos difundidos pela “escola de urbanismo português”, que deu origem ao*

"urbanismo pombalino". A aplicação e divulgação desse urbanismo foram executadas pelos técnicos da Comissão Demarcadora, que imprimiram sua marca nas vilas e cidades da Amazônia do século XVIII.

4 - REIS, Nestor Goulart. Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil (1500/1720). São Paulo: Pioneira, 1968. (Tese de Livre Docência defendida na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP em 1964). Foi reeditada no ano de 2000, em São Paulo, pela Editora Pini.

5 - HOLANDA, Sérgio Buarque de. "O Semeador e o Ladrilhador". In: Raízes do Brasil. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

6 - Idem, *ibidem*, p.110.

7 - REIS, Nestor Goulart. Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil (1500/1720). São Paulo: Pioneira, 1968. pp. 85-88.

8 - Idem, *ibidem*, pp. 186, 187 e 188.

9 - REIS, Nestor Goulart. Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil (1500 / 1720).

#### A ADMINISTRAÇÃO POMBALINA E AS REESTRUTURAÇÕES NA COLÔNIA ULTRAMARINA

A partir da segunda metade de setecentos, as mudanças ocorridas no rumo da política portuguesa para as colônias do ultramar incluíram como novo objeto de interesse as áreas setentrionais do Brasil. A região amazônica, embora excluída anteriormente do projeto mercantil, receberá uma atenção inédita dentro dessa 'nova' perspectiva metropolitana, tornando-se peça importante para os desdobramentos da política colonial. A ampla política de ocupação e controle dos territórios do ultramar que começa a se delinear insere a cidade de Belém num projeto de valorização regional com o objetivo de torná-la eficaz comercialmente, sendo que a medida mais contundente nesse sentido ocorre com a transferência, para Belém, da sede do governo do então Estado do Maranhão e Grão Pará, que se torna a capital do Estado do Grão Pará e Maranhão, posição anteriormente ocupada por São Luís.

A ascensão do monarca D. José I (1750) é marcada pela dependência de Portugal em relação à Inglaterra, que usufruía as vantagens que lhe davam o Tratado de Methuen (1703) [10] e ainda desfrutava de boa parte do ouro brasileiro. Suficiente para abastecer e enriquecer a colônia, a metrópole e a Inglaterra, a produção aurífera entra em decadência a partir de 1760 e causa profundas alterações na vida colonial.

Tais alterações implicaram numa necessidade de redirecionamento na forma de conduzir a política reservada à colônia. No âmbito da economia, isto é, na reorganização das ações econômicas que começavam a vigorar na metrópole para as colônias ultramarinas, a prioridade era "reforçar os laços coloniais". E sobre essa questão, Faoro, entende que:

"O centro das mudanças se projetará na economia com agências e companhias de fomento. Nesse ponto, ao disputar a predominância inglesa, ao cuidar de incentivar a agricultura, a indústria e o comércio, reforçava o sistema colonial, com o enrijecimento do comando da metrópole". [11]

A solução para os problemas criados com a falta do ouro, os colonos buscavam na agricultura e na criação de gado. Nesse sentido, afirma Noya:

“A volta à agricultura não se faz somente nas regiões das minas, mas também as antigas regiões tradicionalmente agrícola reflorescem”. [12]

Sob as ordens de Pombal, então, implementa-se um programa de reformas para o norte do Brasil. Inúmeras medidas são adotadas: a criação da capitania de São José do Rio Negro, antiga aldeia de Mariuá; a ativação de roteiros fluviais para garantir as trocas comerciais com o interior da colônia; a instituição do Diretório nas povoações indígenas do Grão Pará; o incentivo à economia agrícola e o desestímulo ao extrativismo jesuítico das ‘drogas do sertão’. Ato contínuo, a incorporação do espaço geográfico implicou em estratégia ocupacional pragmática, através da fundação de expressivo número de vilas e lugares de economias suplementares às necessidades europeias.

A execução do programa de reformas idealizadas pelo ministro de D. José I na Amazônia não pode ser dissociada da influência exercida pelo Capitão-general Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão de Pombal, que entre 1751 e 1759 governou o Estado do Grão Pará e Maranhão, com sede em Belém, e que a partir de 1753, com a chegada dos técnicos da Comissão Demarcadora de Limites, acumularia a função de governador com a de chefe da comissão do norte brasileiro. Esse período foi inaugurado em Belém com a chegada de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, recebido com festas e aclamações pelos moradores, conforme assinala Renata Araújo:

“A marcação festiva da chegada do novo governador encarna um simbolismo de ‘rito de passagem’ para a urbe, que é alçada da condição de cidade de província à capital do Estado. A simbólica das festas reforça com a sua linguagem teatral a passagem do espaço urbano para um espaço outro da representação. A cidade transformara-se em sede do poder e também em cena dos mecanismos de representação desse mesmo poder”. [13]

Rituais semelhantes foram dispensados ao morgado de Mateus, quando chegou em São Paulo como representante do Rei no governo da Capitania (1765-1775), numa clara e inequívoca demonstração do uso político de tais comemorações no sentido em que esclarece “a todos as categorias da hierarquia”. [14]

*Op. cit. 77 e 188. Ver do mesmo autor: “Notas sobre o urbanismo barroco no Brasil”. In: AFFONSO, Ávila (org.) Barroco: Teoria e Análise. São Paulo: Perspectiva, 1997. Este trabalho foi apresentado no II Congresso do Barroco realizado em Ouro Preto em 1989; REIS, Nestor Goulart. “Urbanismo no Brasil. Séculos XVI-XVIII”. In: Alomar, Gabriel (coord.). De Teotihuacán à Brasília - Estudos de História Urbana Iberoamericana y Filipinas. Madrid: Instituto de Estudios de Administración Local, 1987, pp. 362-369; REIS, Nestor Goulart. “Brasil”. In: SOLANO, Francisco (coord.) História Urbana de Iberoamerica. La Ciudad Barroca. Análises Regionales 1573/1750. Madrid: Testimonio, 1990, Tomo II, cap.6 e REIS, Nestor Goulart. “A cidade e a independência (1750-1850)” In: SOLANO, Francisco (coord.) História Urbana de Iberoamérica. Madrid: Testimonio, 1990, Tomo III, 10 - Este Tratado foi assinado entre Grã-Bretanha e Portugal, determinando que os*

portugueses se comprometiam a consumir os têxteis britânicos e, em contrapartida, os britânicos, os vinhos de Portugal. Também conhecido como *Tratado dos Panos e Vinhos*. 11 - FAORO, R. Existe um Pensamento Político Brasileiro? São Paulo: Ática, 1994, p.40. 12 - PINTO, Virgílio Noya. "Balanço das transformações econômicas no século XIX", in: MOTA, Carlos Guilherme (org.) Brasil em Perspectiva. 5ª. ed. São Paulo: DIFEL, 1974, p.128. 13 - ARAÚJO, Renata Malcher de, As Cidades da Amazônia no século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão. Op.cit. p.327. 14 - TORRÃO FILHO, Amílcar. "Festa e espaço simbólico: uma luzida corte na São Paulo do século XVIII". In: Designio: Revista de História da Arquitetura e do Urbanismo. São Paulo: Annablume, 2005, n.4, setembro de 2005, p.14.

## A ENGENHARIA MILITAR NO GRÃO PARÁ E MARANHÃO

A segunda metade de setecentos abre-se para o território sul-americano com uma ação conjunta entre as coroas portuguesa e espanhola. A fixação das fronteiras entre os dois países ibéricos foi acordada no Tratado de Madri (1750) e passa a ser prioridade na administração pombalina. Esse acontecimento indubitavelmente vinculado às questões estratégicas e de segurança estava inserido num plano maior em que vigoravam interesses das coroas balizados pelos critérios demarcatórios.

Essas "ações precursoras" instrumentalizaram ainda mais os diplomatas lusitanos no que diz respeito às convicções políticas e interesses da metrópole nas áreas limites da América portuguesa.

A política de colonização adquire nos tempos de Pombal um contorno de base científica mais objetiva, sendo que essa cientificidade no quadro da política urbanizadora foi expressa pelos profissionais que vão pensar o urbanismo no Brasil, ou seja, os engenheiros militares que encontram seu apogeu na segunda metade do século XVIII.

Um aspecto importante que precisa ser considerado diz respeito à presença, na Amazônia, da Comissão Demarcadora, composta por capitães-engenheiros, naturalistas, geógrafos, astrônomos, funcionários da coroa, que deixaria, enquanto difusora de um conhecimento científico, um legado cultural balizado em procedimentos técnicos e científicos. A arquitetura, a rica iconografia, os diários e descrições de viagens que foram executados documentam esse "visar novo" sobre a colônia.

Associando o projeto pombalino ao trabalho feito pelos engenheiros militares na Amazônia nessa segunda metade do século XVIII, Renata Araújo defende que:

"a terra medida e escrita pelos cartógrafos e engenheiros transformar-se-ia em outra terra, que era a apregoada pela reforma. Do conhecimento do território, decodificado em mapas, cartas e plantas, adviria a real possibilidade de domínio e intervenção sobre estes. É a partir dessa noção que trabalha a idéia transformadora de Pombal na Amazônia. Assim os homens de expedição não pararam de fazer levanta-

mentos cartográficos, de desenhar mapas de rios e de fazer relatos descritos de roteiros de navegação e de trajectos terrestres”. [15]

A cidade de Belém não saiu incólume a um processo de inegáveis mudanças. A passagem desses profissionais deixou uma herança inconteste à cidade, tanto do ponto de vista da concretização dos projetos, como pelos registros fornecidos através dos levantamentos, desenhos e plantas, nos quais foram registradas as sucessivas etapas de seu crescimento urbano.

Foram muitos os profissionais que passaram pelo Pará e que tiveram seus nomes ligados a projetos condizentes com os anseios da administração pombalina; projetos audaciosos e que, talvez até por isso, em alguns casos, nem chegaram a ser construídos. As intervenções urbanísticas realizadas na cidade comprovam o elevado estágio de capacitação técnica do quadro de engenheiros militares, que foi posto a serviço da montagem do cenário urbano, como representação do poder da metrópole.

O mais notável desses profissionais foi o arquiteto bolonhês Antônio Landi, que chegou ao Pará em 1753, como membro da expedição para Demarcação dos Limites. Entre as obras públicas que desenhou estão a Planta do Armazém de Armas no Colégio dos Jesuítas (1761), o Palácio dos Governadores (1767-1771) e as Frontarias da casa da administração da Companhia Geral do Grão Pará (1773). Entretanto, sua contribuição profissional não parou aí, estendendo-se também aos edifícios religiosos e residências particulares.

#### RESIDÊNCIAS URBANAS: UMA ARQUITETURA MONUMENTAL

Alexandre Rodrigues Ferreira, naturalista que percorreu parte da Amazônia em fins do século XVIII, comentando sobre alguns tipos de residências que encontraria em Belém, disse o seguinte:

“O comum das casas em hum e outro bairro, he serem terreas, porque supposto se levantão algum pouco de nível da terra, poucas são assoalhadas, e muito poucas se guarnecem de parêdes de pedra e cal. A maior parte das paredes he de frontal, e o methodo

15 - ARAÚJO, Renata Malcher de. *Op. cit.*, p.192. Sobre esse tema ver também: REIS, Nestor Goulart. “Notas sobre história da arquitetura e aparência das vilas e cidades”, de 1997. Cadernos de Pesquisa do LAP, n.20, julho-agosto, 1997, p.46. O autor quis se referir às urupemas que são: “painéis formados com lâminas de taquara trançada, que protegiam os interiores das vistas dos passantes, reduzindo a iluminação e permitindo a livre circulação do ar”.

de as levantar consiste em levantarem esteyos, que de ordinario são de uacapú, ou de sepipira (...) Cayase depois, ou com cal, a que reduzem as conxas, que chamão sirmambis (...)"

"Muito poucas são no dia de hoje as casas cobertas de palha dentro da cidade, mas o comum das que tem telha, he o serem de telha vã. Sendo a terra tão humida, como he, vê-se bem que em vez de lavantarem as casas, e resguardarem da humidade as paredes, e o chão, os mazombos os fazem baixas, e rentes com a terra ajudando a encarcerar mais o ar as chamadas gurupemas [urupemas\* ] de hum tecido de palha tão miudo, que apenas se distingue o vulto de quem está detraz dellas; para isso mesmo as tecem, e uzão dellas os mazombos, como os rotulas em Portugal (...)."

"Há contudo bastantes moradas de casas levantadas, humas com hobreiras e mais ornatos nas portas, e janelas feitas de madeira pintada, e outras de tijolo coberto de areia e cal, que finge pedra. O Palacio he grande e forte, e bem repartido, das casas modernas são as melhores, a de **Manoel Raymundo Alves da Cunha** a esquina do largo das Mercês. A de **Antônio de Souza de Azevêdo**, vulgarmente chamada de Palacinho, a de **João Manoel Rodrigues**, a de **Feliciano José Gonçalves** no principio da rua da Cadeya, e no fim della do mesmo lado a de **João Ferreira de Matos**. Das mais antigas são sofríveis a de Ambrósio Henriques, a do vigário geral, e a do coronel Manoel Joaquim Pereira de Souza Feyo (...). [16]

16 - FERREIRA,  
Alexandre Rodrigues  
"Miscelânea histórica  
para servir de  
explicação ao  
prospecto da cidade  
do Pará...". Belém:  
Biblioteca Municipal  
de Belém,  
[provavelmente  
escrito em 1784],  
texto datilografado,  
sem referências  
bibliográficas e s/  
paginação.

Sobre esta última categoria de edificações, destinada apenas à residência, mostram os desenhos da Expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira que se constituíam em geral de dois pavimentos. Com o andar térreo, geralmente destinado às portas e às janelas, diferenciavam-se das construções situadas de frente para o rio, onde no andar térreo ficavam somente as portas, o que caracterizava tipos de sobrados que dividiam as funções de residência e comércio.

O aspecto dessas obras não era de sobriedade. Ao contrário, essas obras eram dotadas de portais elaborados e ornatos arquitetônicos tais como, colunas, frontões, pórticos, que se apresentavam de maneira monumental e enriquecida de detalhes. Geralmente estavam situadas nas ruas posteriores às quadras localizadas em frente ao porto (onde a arquitetura, embora simplificada, se impunha como um cenário, uma espécie de fachada composta por edificações padronizadas) [17]

Exemplares dessas residências, visíveis na iconografia, foram construídos por Antônio Landi (entre os clientes de Landi estavam ricos latifundiários senhores de engenho, como Ambrósio Henriques, João Manuel Rodrigues, João Antônio Rodrigues Martins e Felipe Correia de Sá).

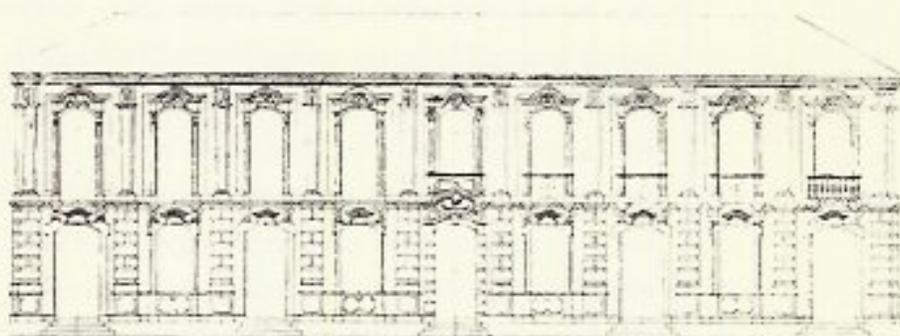
O acervo de Alexandre Rodrigues Ferreira contém os desenhos das frontarias de três residências urbanas. Propriedades de Manoel Raimundo Alves da Cunha, situada na esquina do largo das Mercês; de João Manoel Rodrigues e de Antônio de Souza e Azevêdo, vulgarmente chamada de Palacinho, na esquina da Rua da Cadeia com a travessa do Passinho.

Passaremos à descrição de algumas dessas residências.

#### RESIDÊNCIA DE MANOEL RAIMUNDO ALVES DA CUNHA (ver fig.1)

Uma dessas edificações, diz a legenda do desenho, pertencia a Manoel Raimundo Alves da Cunha e segundo o naturalista, situava-se na esquina do largo das Mercês.

Trata-se de uma edificação composta de dois pavimentos, sendo que o pavimento térreo apresenta cinco portas e quatro janelas, dispostas de maneira simétrica e intercaladas entre as portas. Sua fachada principal possui dez colunas. No andar térreo, essas colunas e a moldura da porta princi-



**Figura 1:** Frontaria das casas de Manoel Raimundo Alves da Cunha.

**Autor:** J.J Codina.

**Fonte:** FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem Filosófica pelas Capitânicas do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá 1783-1792*. Rio de Janeiro: Conselho de Cultura, 1971. Original do Arquivo Público do Pará.

17 - REIS, Yara Felicidade de Souza. *Op.cit.,cap. 4.*



**Figura 1A:** Fotografia atual da residência projetada por Antônio Landi, situada na Rua João Alfredo (antiga dos Mercadores) com a Travessa Frutuoso Guimarães (antiga Travessa da Mercês).  
**Autora:** Yara Reis (2005)

pal apresentam revestimento em bossagem. O 2º pavimento é formado por nove janelas com balaústres e as colunas apresentam revestimento canelado na parte superior.

Essa residência foi identificada como uma das edificações particulares desenhadas durante a viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira. Não há dúvidas de que a construção que se encontra no local é a mesma feita por Joaquim Codina, desenhador da expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira, sendo possível reconhecê-la, ainda que

diante de sua fachada alterada e descaracterizada, sobretudo no andar térreo (*ver fig. 1A*).

Nas visitas realizadas ao prédio, constatou-se que a construção atual não corresponde ao desenho feito no século XVIII. Esse desenho mostra que a residência de dois andares possuía, originalmente, na parte superior, nove janelas. No andar térreo eram cinco portas intercaladas por quatro janelas (*ver fig. 1*). Confrontando o desenho de Joaquim Codina com fotografias feitas recentemente (*ver figs. 1A*), percebe-se que a construção perdeu na extremidade do lado direito duas janelas do andar superior e uma porta e uma janela do andar térreo (fachada de frente para a Rua Conselheiro João Alfredo, primitiva Rua dos Mercadores, depois da Cadeia), onde foi construído um prédio de três andares, geminado ao sobrado. Atualmente, a antiga residência está subdividida, formando três espaços distintos e adaptadas para comércio, sendo que no maior deles, onde funciona uma loja de móveis e eletrodomésticos, houve uma fusão entre as partes posteriores desta edificação e a de um sobrado vizinho pela Rua Frutuoso Guimarães, antiga Travessa das Mercês.

Cartões-postais antigos mostram que a residência foi construída conforme a ilustração do desenho de Joaquim Codina. A alteração da fachada

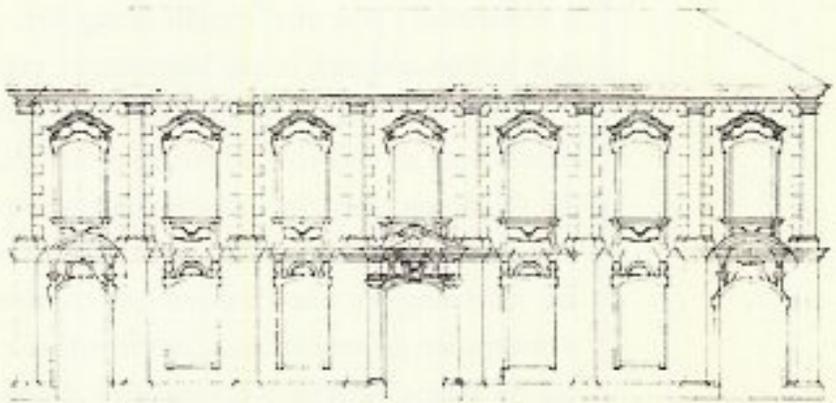
ocorreu posteriormente e em época recente.

*RESIDÊNCIA DE JOÃO MANUEL RODRIGUES (ver fig. 2)*

Trata-se de uma casa opulenta, com dois pavimentos. Segue uma composição simétrica. O andar térreo é composto de quatro janelas e três portas, sendo uma na parte central (com frontão triangular arrematando o vão) e as outras duas nas extremidades (frontões curvilíneos). No pavimento superior são sete janelas com molduras e vãos adornados por arcos. A fachada é composta de oito pilastras, cada uma delas separando, de forma equidistante e modulada, os vãos de janelas e portas. A verticalidade das pilastras é quebrada pelas cornijas que, com suas molduras, demarcam o primeiro piso.

*RESIDÊNCIA DO ALFERES ANTÔNIO DE SOUZA AZEVEDO (ver fig. 3)*

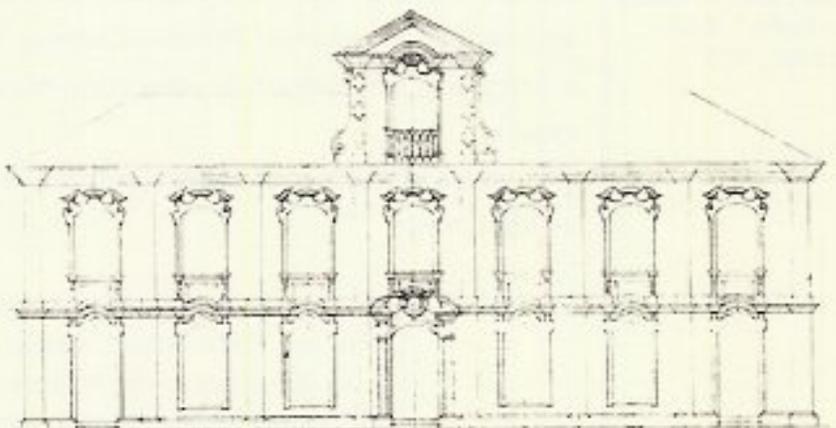
Também projetada por Antônio Landi, essa residência forma, juntamente com as outras duas, exemplares de propriedades de famílias abastadas da cidade. Possuía dois pavimentos, sendo que apenas no corpo central da fachada principal eleva-se um terceiro piso. Esse piso é composto na fachada por uma janela com frontão curvilíneo, sendo que todo o corpo central



**Figura 2:** Frontaria das casas do Capitão João Manuel Rodrigues.

**Autor:** J.J Codina

**Fonte:** FERREIRA, Alexandre Rodrigues - *Viagem Filosófica pelas Capitânicas do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá 1783-1792*. Rio de Janeiro: Conselho de Cultura, 1971. Original do Arquivo Público do Pará.



**Figura 3:** Frontaria da casa do Alferes Antônio de Souza Azevedo.

**Autor:** J.J Codina

**Fonte:** FERREIRA, Alexandre Rodrigues - *Viagem Filosófica pelas Capitânicas do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá 1783-1792*. Rio de Janeiro: Conselho de Cultura, 1971. Original do Arquivo Público do Pará.

é arrematado por um frontão triangular. A janela deste piso diferencia-se dos outros andares, tendo balaústres e colunas sustentando seu frontão.

No pavimento térreo estão distribuídas quatro janelas e três portas, sendo uma ao centro e, as outras duas, uma em cada extremidade da fachada. O vão da porta central é arrematado por duas pilastras, que sustentam o frontão arredondado. Os vãos das portas situadas nas extremidades têm frontões simples, curvilíneos e sem colunas de sustentação. O 2º pavimento é composto de sete janelas com frontões curvilíneos. Oito pilastras dispostas de forma simétrica compõem a fachada. Estas pilastras percorrem os dois andares e são cortadas na sua verticalidade por cornijas molduradas, que dividem o 1º do 2º pavimento.

Desses três exemplares de residências urbanas construídas em fins do século XVIII, somente a casa de Manuel Raimundo Alves da Cunha, na esquina da Rua João Alfredo (antiga Rua dos Mercadores) com a Travessa Frutuoso Guimarães (antiga Travessa das Mercês) ainda resiste ao tempo. Quanto às outras duas, acredita-se que podem ter sido demolidas ou foram tão descaracterizadas a ponto de comprometer sua identificação.

#### UMA ARQUITETURA PECULIAR: “CAPELA – RESIDÊNCIA”

Numa pesquisa que realizou em Belém, entre as décadas de 1960 e 70, sobre as obras de Antonio Landi, o professor Donato Mello Jr. [18] fez um estudo sobre a capela do Senhor dos Passos e o sobrado vizinho a ela, ambos situados na atual Travessa Campos Sales, antiga Travessa do Passinho e descobriu a existência de uma comunicação entre o sobrado e o coro da capela.

Suas observações sobre o sobrado e a capela, resumidamente, foram as seguintes:

- 1) a capela particular, mandada construir por Ambrósio Henriques, Capitão e mais tarde Coronel do 2o. Regimento de Milícias, “estaria pronta em 1790” e pela “linha classicizante e paladiana” de sua fachada não seria “despropósito” ligá-la ao arquiteto Landi; 2) a casa que vai até a esquina da atual rua Manoel Barata “é um sobrado luso-brasileiro, típi-

18 - MELLO Jr.  
Donato, “Antonio  
José Landi - Arquiteto  
de Belém”. Belém:  
Grafisa, 1973.

co, portas no térreo, janelas de sacada no segundo andar. Cimalha e beiral horizontalizam o remate da elevação. Os vãos embaixo são terminados em arco e, nas janelas de sacada, em pleno cintro, ambos se repetindo modulados. Fachada revestida de azulejos”; 3) o arco pleno das sacadas e os azulejos na fachada do sobrado remetem a uma construção do século XIX. Entretanto, não descarta a possibilidade de se tratar de uma construção mais antiga, que pode ter sofrido reformas através das gerações; 4) sobre o “desprazer” de ver, numa visita ao local em dezembro de 1970, uma adulteração no térreo do sobrado, quando se reformava uma loja com cerâmica vermelha; 5) sobre a necessidade de ser realizada uma pesquisa para datar a construção, determinar suas modificações e relacionar o binômio casa - capela; e por último, 6) do não tombamento pelos órgãos públicos da Capela do Senhor dos Passos e do sobrado. [19]



**Figura 4:** Fotografia da Capela do Senhor dos Passos, situada à Rua Campos Sales (antiga Rua do Passinho).  
**Autora:** Yara Reis (2005)

Ao referir-se às capelas particulares existentes em Belém ao findar o século XVIII, Alexandre Rodrigues Ferreira [20] menciona a do capitão Ambrósio Henriques, a do mestre de campo Pedro de Sequeira, a do capitão Luiz Pereira da Cunha e a de Manuel da Costa Leitão. Seriam, portanto, quatro capelas, das quais apenas a de Ambrósio Henriques ainda existe. Sobre as outras três nada mais se sabe, sendo pouco provável que se encontre ainda algum vestígio dessas construções.

Torna-se oportuno retomar aqui a questão levantada pelo professor Donato Mello Jr. já que numa visita ao local foi possível conhecer internamente o sobrado e a capela e fotografar seu coro, onde se encontra a porta de comunicação entre as duas construções (*ver figs. 4 e 5*).

O que chama a atenção na edificação “sobrado-capela” (*ver fig. 6*) é que se trata de um caso com pouca incidência nas edificações urbanas colo-

19 - *Idem, Ibidem, p. 272-273.*

20 - FERREIRA, Alexandre Rodrigues “Miscelânea histórica para servir de explicação ao prospecto da cidade do Pará...”. Belém: Biblioteca Municipal de Belém, [provavelmente escrito em 1784], texto datilografado, sem referências bibliográficas e s/ paginação.



**Figura 5:** Fotografia da capela do Senhor dos Passos, pela parte interna. Observar porta ao alto, à direita, que pelo coro da capela faz ligação com o sobrado ao lado.  
**Autora:** Yara Reis (2005)

mente faziam parte das propriedades.

Um outro dado significativo da singularidade desse conjunto é o fato da capela ser particular, mas com acesso ao público. A comunicação com o sobrado é feita apenas pelo coro, sendo que sua porta principal tem acesso para a Rua Campos Sales. Essa característica a diferencia, de certa maneira, de oratórios urbanos coloniais construídos para os passos

da via sacra, e aos quais Murillo Marx assim se reportou:



**Figura 6:** Fotografia da Capela do Senhor dos Passos e do sobrado com a qual está ligada através do coro.  
**Autora:** Yara Reis (2005)

“Ao longo das vielas e das ruas antigas eram frequentes os nichos e os oratórios que, cavados nos alçados do casario, se voltavam para os transeuntes (...). Os ‘passos’ ilustram melhor esse íntimo contato entre as igrejas e a cidade. São capelinhas, que se abrem nas festas da Paixão, representando os passos da Via Sacra”. [21]

No caso da Capela do Senhor dos Passos, como o próprio nome lembra, devia marcar uma estação da Via Sacra, abrindo suas portas para as procissões religiosas da cidade. Entretanto, pela riqueza dos adornos que apresenta e por ser propriedade de família abastada, por certo foi edificada para o conforto familiar, não devendo ser permitido o acesso do público fora dos dias dedicados aos rituais religiosos.

21 - MARX, Murillo. *Cidade Brasileira*. São Paulo: Melhoramentos e ed. Universidade de São Paulo, 1980. pp. 95-96.

### BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, Renata Malcher de. "As cidades da Amazônia no século XVIII. Belém, Macapá e Mazagão". Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa: vol. I, II, e III, 1992.
- FAORO, R. *Existe um Pensamento Político Brasileiro?*. São Paulo: Ática, 1994.
- FERREIRA, Alexandre Rodrigues "Miscelânea histórica para servir de explicação ao prospecto da cidade do Pará..." Belém: Biblioteca Municipal de Belém, [provavelmente escrito em 1784], texto datilografado, sem referências bibliográficas e s/ paginação.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Semeador e o Ladrilhador*. In: *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MELLO Jr., Donato, "*Antonio José Landi - Arquiteto de Belém*". Belém: Grafisa, 1973
- PINTO, Virgílio Noya. "Balanço das transformações econômicas no século XIX". In: MOTA, Carlos Guilherme (org.) *Brasil em Perspectiva*. 5ª. ed. São Paulo: DIFEL, 1974.
- MARX, Murillo. *Cidade Brasileira*. São Paulo: Melhoramentos/Universidade de São Paulo, 1980, pp. 95-96.
- REIS, Nestor Goulart. *Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil (1500/1720)*. São Paulo: Pioneira, 1968.
- . "Notas sobre história da arquitetura e aparência das vilas e cidades. *Cadernos de Pesquisa do LAP*, n.20, julho-agosto. São Paulo: FAU-USP, 1997.
- REIS, Yara Felicidade de Souza. "Urbanismo em Belém na segunda meta-

de do século XVIII". Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2005.

TORRÃO FILHO, Amílcar. "Festa e espaço simbólico: uma luzida corte na São Paulo do século XVIII". In: *Designio: Revista de História da Arquitetura e do Urbanismo* n.4. São Paulo: Annablume, 2005.